

Oposição insiste em mudar a Carta

O jornalista e senador Hélio Gueiros, do PMDB do Pará, já definiu sua plataforma de atuação, bastante simples: "Defenderei intransigentemente os interesses do Pará, em qualquer circunstância". Parece uma proposição óbvia, mas tem um objetivo sutil: Gueiros acusa seu antecessor na cadeira do Senado — nada menos que Jarbas Passarinho — de ter sido omissos em relação às questões de interesse do Estado. Segundo ele, Passarinho preocupou-se mais com os problemas nacionais — e particularmente com suas aspirações a um cargo político mais alto, como a Vice-presidência ou a Presidência da República —, não se interessando por assuntos de cunho nitidamente estadual ou regional. "Uma ou outra vez, quando ele precisou defender o Pará, teve de agir não como líder ou presidente do Senado, como se essas funções pesassem", observa Gueiros.

A inimizade com Passarinho tem sido uma das principais características de Gueiros, hoje aos 60 anos, durante sua atuação política mais recente. Em 1969, quando era deputado federal (eleito pelo MDB, mas pertencente ao grupo do antigo PSD), Gueiros foi cassado pelo governo. Até hoje, ele acusa Passarinho, que então ocupava o Ministério da Educação, de tê-lo indicado para a cassação. Passarinho já negou várias vezes que tivesse "pedido a cabeça" de Gueiros, mas este jamais se convenceu.

Defender a livre empresa, a livre iniciativa, "mas colocando o social acima de tudo", é o que pretende o senador eleito de Sergipe, Albano Franco, do PDS, que diz também que irá para o Senado para ajudar o presidente João Figueiredo nos seus propósitos de abertura democrática.

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco defende também a participação do empresário na política, e entende que "a Sudene precisa ter mais peso, mais recurso e mais autonomia, para que o Nordeste possa receber o tratamento necessário ao seu desenvolvimento".

Aos 41 anos, filho do ex-governador Augusto Franco, Albano dirige a usina de açúcar e álcool São José do Pinheiro, de Sergipe, pertencente à sua família, e onde começou a trabalhar em 1961, como caixa e arquivista.

O novo senador de Pernambuco é o ex-governador e ex-presidente da Câmara, Marco Maciel, do PDS.

Hoje com 42 anos, Marco Maciel fez uma brilhante e sempre vitoriosa carreira política desde 1967, quando assumiu seu primeiro mandato legislativo, o

de deputado estadual, e foi escolhido pelo então governador Nilo Coelho seu líder na Assembléia. Em 1970 foi eleito deputado federal, conseguindo a reeleição em 1974. Foi presidente da Câmara entre 1977 e 1979. Escolhido pelo presidente Geisel, governou Pernambuco de março de 79 a maio de 82, quando renunciou para disputar o senado e derrotar o também ex-governador Cid Sampaio, ex-PP e então no PMDB.

Marco Maciel é considerado o mais "mineiro" dos políticos pernambucanos e conhecido pela cordialidade com que costuma tratar os adversários políticos, procurando sempre estar bem com todos. Bom articulador, "costurou" a unidade do PDS pernambucano, levando-o à vitória. Costuma ser evasivo, procurando fugir das questões delicadas para não se comprometer, o que leva seus inimigos a considerá-lo pouco afirmativo.

Sua atuação no Senado não deverá ser diferente da que manteve na Câmara: sempre pronto a defender os interesses do governo, com a preocupação de não se atritar com a oposição.

A Marco Maciel são atribuídos os méritos pela vitória do PDS em Pernambuco, o que aumentou seu prestígio no cenário nacional.

O senador Mauro Borges Teixeira, do PMDB de Goiás, revela que o ponto central de sua atuação no Congresso Nacional se refere à luta pela elaboração de nova Constituição para o Brasil, para a defesa da Federação, sob a justificativa de que "os atuais governantes estão levando o País a perder a sua soberania nacional". Destaca como prioritário para o País, neste momento de crise econômico-financeira, a reforma tributária, levando o Município — a célula *matr* da unidade federativa — a ter autonomia política, econômica e financeira, descentralizando, por conseguinte, a administração pública.

Criador da Metago — Companhia de Mineração de Goiás — em 1961, o ex-governador Mauro Borges constituiu-se num grande empecilho ao avanço das multinacionais no Planalto Central, sendo essa uma das razões que levaram os militares a cassar-lhe o mandato de chefe do Executivo goiano. De postura nacionalista, Mauro Borges deverá adotar esse comportamento no Senado Federal.

Álvaro Dias, o jovem deputado que o PMDB elegeu pelo Paraná, hoje com apenas 38 anos, iniciará seu mandato em março bastante preocupado com as grandes questões políticas do País. E isto por uma razão muito simples: en-

tende que as causas dos graves problemas econômicos enfrentados pela Nação estão, na verdade, nos problemas políticos, na instabilidade institucional atravessada pelo País nos últimos 20 anos. "Temos que combater as causas e não simplesmente os efeitos", diz ele, mostrando que seus primeiros pronunciamentos no Senado deverão abordar o problema da recuperação das prerrogativas do Congresso, uma questão que ele entende ser fundamental a partir de agora.

"Sou parlamentar há 14 anos e nesse período pude sentir bem as limitações do Poder Legislativo. Apesar do avanço democrático, do processo de abertura, o Legislativo no País está submisso e algemado", diz Álvaro Dias, mesmo admitindo que, ainda assim, o Congresso poderá se transformar num importante foro de debate das grandes questões nacionais.

Insistiu em mostrar que o fundamental ainda é a questão política, mas que a classe política não deve frustrar essa ansiedade da opinião pública e incluir o tema econômico e social nos debates que travará no Congresso nos próximos anos. Álvaro Dias mostra-se propenso a aceitar a proposta, que talvez venha do próprio governo, por uma reforma constitucional ampla, mas adverte que a oposição não deve abandonar a bandeira da constituinte, "o único instrumento legítimo para promover a reordenação política e institucional do País".

Sem nenhum constrangimento por chegar ao Senado com apenas 95.162 votos, porque, ressalva, "Murilo Badaró chegou sem nenhum", o advogado Alfredo de Campos Melo, de 40 anos, do PMDB, tem a difícil incumbência de substituir Tancredo Neves no Senado a partir de 18 de março. Alfredo Campos ganhou quatro anos de mandato de Senador por Minas, graças a seus conhecimentos de legislação eleitoral, quando exercia, em 1978, em Brasília, as funções de advogado geral do então MDB.

Descobriu que o suplente do eleito não seria o companheiro de chapa do candidato mais votado, mas o candidato da sublegenda que obtivesse em seguida o maior número de votos. Por isso, apesar da vontade de Tancredo, que esperava ter como suplente o empresário trabalhista Aquiles Diniz, a vaga ficou com o jovem advogado, que, quando estudante, funcionou como promotor público no júri simulado do DCE da UFMG que, após a revolução de 1964, condenou o governo Castelo Branco.